



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
1º SEMESTRE DE 2014
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Coletiva 500 166 587



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DO GRUPO	5
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	7
PERSPECTIVAS PARA 2014	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14

1º SEMESTRE DE 2014

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei aplicável às sociedades abertas, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 30 de Junho de 2014 e o respetivo Anexo (não auditados). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidas pela *International Standards Committee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"). De referir que por se tratar de divulgação de informação intercalar a mesma não foi auditada.

INTRODUÇÃO

A Lisgráfica é uma sociedade aberta, com um capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05€, que estão admitidas à negociação em Bolsa. A última admissão à cotação ocorreu em 26 de Outubro de 2009 relativamente às ações emitidas no âmbito do processo de fusão com a empresa Heska Portuguesa S.A. e consequente aumento de capital.

De salientar que das 2 empresas que compõem atualmente o Grupo apenas a Lisgráfica tem atividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e responsável por 100% da atividade do Grupo.

A atividade do Grupo Lisgráfica, S.A., após 02 de Maio de 2008, é o resultado da fusão desta sociedade com a Heska Portuguesa, S.A., pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter em consideração este facto.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 30 de junho de 2014:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-dez-1973	Queluz de Baixo	-
Grafilis, Rep. e Artes Gráficas,SA	Composição e Montagem	18-out-1984	Queluz de Baixo	100,00%

Em 09 de Maio de 2013 o Tribunal do Comércio de Lisboa proferiu o despacho de homologação do Plano de Revitalização da Lisgráfica (PER) apresentado em finais de 2012, o qual tinha sido aprovado por 89,84% dos votos regularmente expressos. A mencionada sentença de homologação transitou em julgado em 03 de Dezembro de 2013, conforme Certidão emitida em 17 de Fevereiro de 2014, a qual vincula todos os credores ao referido Plano de Revitalização. A aprovação do PER implicou um conjunto de alterações significativas nas demonstrações financeiras da empresa em 2013 quer a nível de resultados, quer a nível de capitais próprios e posição financeira.

Em termos sintéticos, o impacto nas contas de 2013, considerando os valores de créditos constantes na Lista de Créditos Provisórios e com efeitos de implementação no mês a seguir à homologação (junho de 2013), foi de 52.941 milhares de euros resultante de:

- Perdão de dívida de credores (bancos e fornecedores) – 33.299 milhares de Euros
- Efeito de desconto de atualização dos cash flows do plano de pagamentos – 19.642 milhares de euros dos créditos a liquidar nos termos do PER.

No período em análise a atualização semestral dos passivos tem um impacto nos resultados de 1.006 milhares euros e a anulação dos respetivos impostos diferidos de 239 milhares Euros.

No primeiro semestre de 2014, a economia portuguesa decresceu cerca de 0,3% face ao trimestre anterior; no entanto, cresceu 1,2% comparativamente com o trimestre homólogo. No segundo trimestre o crescimento do PIB ronda os 0,2% retomando-se assim a tendência de crescimento do PIB verificado nos últimos trimestres de 2013. Para este comportamento contribuíram o crescimento das importações aliado à desaceleração nas exportações, e o consumo privado, que continua a mostrar uma recuperação, ainda que ténue.

Apesar da melhoria da situação económica nos últimos meses, existem ainda alguns riscos associados às restrições orçamentais e respetiva consolidação que vão perdurar durante o ano de 2014.

O desemprego continua a mostrar sinais de redução, com a taxa a baixar e a fixar-se no final de junho em 13,9%, que compara com os 15,1% registados no final do primeiro trimestre.

Os sinais positivos registados nos últimos trimestres permitem antever que a trajetória tendencial da economia passe a ser positiva.

O sector da indústria gráfica não reflete ainda a tendência de recuperação económica, embora neste trimestre se tenha verificado um ligeiro aumento de tiragem das publicações periódicas; também a nível de trabalhos provenientes de clientes de grandes marcas comerciais, no segundo trimestre, se verificou um ligeiro aumento de exemplares.

Continua no entanto a registar-se um ajuste na estrutura de custos editoriais por parte dos principais editores com reflexo especialmente na redução do número de postos de trabalho.

ATIVIDADE DO GRUPO

A atividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em anos anteriores.

No final do 1º semestre de 2014, manteve-se uma redução do nível de atividade, embora no segundo trimestre a atividade tenha ficado acima dos níveis registados no trimestre homólogo em 2,3%. Comparativamente com o ano anterior, no semestre homólogo, a redução é ainda de 3,7%.

Mantem-se a tendência de alteração do mix do produto, isto é, cada vez mais a empresa produz trabalhos em que o cliente fornece o papel, que neste semestre representa 81% do valor faturado. A faturação líquida no semestre atingiu os 10,6 milhões de euros, que compara com 11 milhões, no período homólogo anterior.

Para esta variação contribui essencialmente a redução dos trabalhos em que a Lisgráfica para além dos serviços de impressão e acabamento, fornece o papel, como a seguir se indica:

- Faturação de impressão, com papel(17,5)%
- Faturação apenas de serviços de impressão(1,0)%

- Nº Cadernos (16 páginasA4) impressas 1ºS/2013469,8 milhões
- Nº Cadernos (16 páginasA4) impressas 1ºS/2014520,6 milhões

A análise por segmento reflete a evolução normal do mercado, bem como a alteração ocorrida na nossa carteira de grandes editores, em que um destes concentrou todos os seus trabalhos (jornais, revistas e suplementos) na Lisgráfica desde final de 2013.

No entanto, as maiores quebras registam-se nos segmentos Listas e Catálogos/Folhetos, justificado na primeira categoria, pela redução gradual no número de exemplares. Na segunda categoria, pelo facto de em 2014 não ter sido produzido um volume significativo de trabalhos que no ano anterior foram subcontratados por uma Gráfica em Espanha a qual, em 2013, esteve parcialmente inoperativa durante esse período. Apesar deste decréscimo de atividade, a empresa concluiu o trimestre com os seguintes equipamentos a laborar:

- 5 Máquinas de impressão em rotativa
- 2 Máquinas de impressão em plana
- 15 Máquinas de acabamento (cola e agrafo)

Verificou-se ainda, ao nível de processo produtivo, a adaptação dos horários de funcionamento nas áreas de impressão e acabamento de forma a ajustar a capacidade disponível face ao volume de trabalho e à redução do número de empregados.

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o período anterior, é a seguinte:

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2014 30-jun	2013 30-jun	Var. 13/14 Em €	Var. 13/14 Em %
Revistas	6.516	6.714	-198	-2,9%
Jornais/suplementos	1.895	1.813	82	4,5%
Catálogos e Folhetos	1.293	1.471	-178	-12,1%
Listas	183	287	-104	-36,2%
Outros	288	285	3	1,1%
TOTAL	10.175	10.570	-395	-3,7%

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2014 2ºtrim	2013 2ºtrim	Var. 13/14 Em €	Var. 13/14 Em %
Revistas	3.527	3.482	45	1,3%
Jornais/suplementos	1.004	956	48	5,0%
Catálogos e Folhetos	589	521	68	13,1%
Listas	106	151	-45	-29,8%
Outros	138	134	4	3,0%
TOTAL	5.364	5.244	120	2,3%

Em termos de produção de cadernos no formato A4 de 16 páginas (unidade de medida normalmente usada na indústria gráfica) a atividade apresenta um aumento global de cerca de 10%, face a idêntico período do ano anterior.

Como tradicionalmente nos últimos exercícios, no semestre regista-se um decréscimo considerável na família de produtos "Listas" (-36,2%); esta rubrica inclui essencialmente a impressão das listas telefónicas das Páginas Amarelas para o Continente e Ilhas.

Durante o 1º semestre de 2014 não se verificou nenhum acontecimento na empresa subsidiária, Grafilis, SA.:

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS S.A.

A Empresa, constituída em 1984, cessou a atividade operacional em 2005.

Devido à sua inatividade a empresa registou no semestre um resultado nulo, pelo que os Capitais Próprios não apresentam qualquer variação face a 31 de dezembro de 2013.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Atividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período:

ACTIVIDADE OPERACIONAL 1º SEMESTRE. 2014/2013

DESCRIÇÃO	2014		2013		Var. 13/14	Var. 13/14
<i>(Valores em Milhares de Euros)</i>					em €	em %
Vendas	10.175	96%	10.570	95%	-395	-3,7%
Outros Proveitos Operacionais	394	4%	507	5%	-113	-22,3%
TOTAL PROVEITOS CORRENTES	10.569		11.077		-508	-4,6%
Custo Merc. Vendidas e Consum.	3.218	30%	3.136	28%	82	2,6%
Fornecimentos e S. Externos	3.075	29%	2.948	27%	127	4,3%
Custos Com Pessoal	3.068	29%	4.225	38%	-1.157	-27,4%
Amortizações e Ajustamentos	1.471	14%	1.902	17%	-431	-22,7%
Perdas de Imparidade	-7	0%	-5	0%	-2	40,0%
Outros Custos Operacionais	112	1%	114	1%	-2	-1,8%
TOTAL CUSTOS CORRENTES	10.937		12.320		-1.383	-11,2%
RESULTADO CORRENTE - €	-368		-1.243		875	70,4%
RESULTADO CORRENTE - %	-3,5%		-11,2%		7,7%	69,0%
Imparidades Out. Créditos + Out. Custos e Proveitos não Correntes	-515		16.719		0,0%	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-883		15.476		-16.359	105,7%
EBITDA - €	1.096		654		442	67,6%
EBITDA - %	10,4%		5,9%		4,5%	

EBITDA = Result. Corrente+Amortizações e Ajustamentos+Perdas de Imparidade

Os Proveitos Correntes no semestre cifram-se em 10,6 milhões de Euros, dos quais 96% provêm diretamente das vendas e 4% de outros serviços prestados.

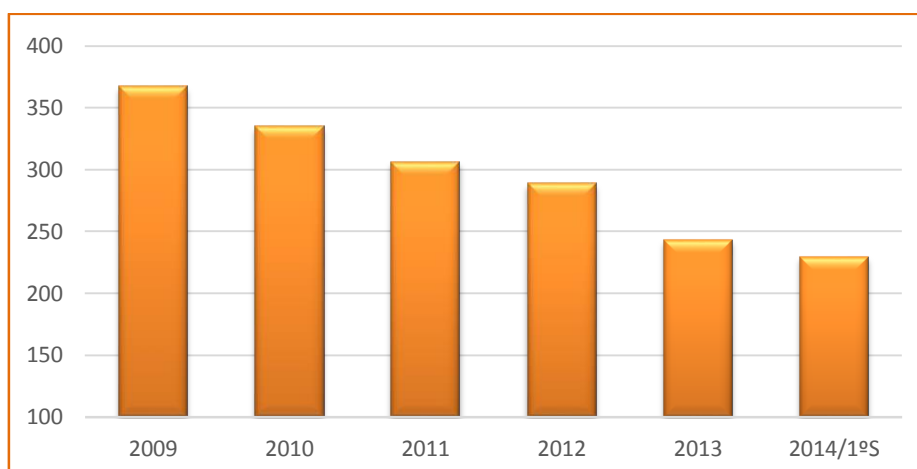
Analisando em detalhe a evolução dos custos operacionais, é de referir:

- na rubrica CMVC, o aumento de 2,6% resulta em parte da variação ocorrida no mix de produtos os quais consomem maior volume de tintas. Os restantes custos que compõem esta rubrica estão em linha com a normal estrutura de custos da empresa e evolução da atividade;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos a variação de 4,3% resulta do efeito conjugado de vários fatores, entre eles, o aumento no custo de manutenção de equipamentos de produção e serviços de transporte de mercadorias e outros subcontratos;

- quanto aos Custos com Pessoal, a variação de -27,4%, que corresponde a -1,1 milhão de euros, resulta da redução do número de trabalhadores por rescisão de contratos de trabalho, negociados em 2013 mas cujas saídas apenas ocorreram no início de 2014, no cumprimento do Plano Especial de Revitalização da empresa.

Evolução nº Trabalhadores 2009/2014



No final do ano anterior o grupo tinha 243 trabalhadores e no final do semestre o número tinha diminuído para 229, que compara com 262 no período homólogo;

- as Amortizações e Ajustamentos apresentam um decréscimo de 22,7% devido à diminuição de custos com depreciação e bens do ativo que terminaram o seu período de vida útil contabilística no ano anterior;

O Resultado Corrente Consolidado (resultado decorrente das operações), apurado no primeiro trimestre de 2014, mantém-se negativo embora tenha registado uma melhoria, de + 70,4% face ao período homólogo, atingindo um valor de -368 milhares de Euros.

No corrente exercício existem valores (custos e Proveitos) que são considerados não correntes e que a seguir se discriminam:

- atualização do justo valor dos passivos reportados ao final do trimestre, de 515 milhares de euros, resultante da atualização do VAL dessas dívidas, as quais vão ser liquidadas em vários anos como definido no PER;

O Resultado Operacional Consolidado é, em 30 de junho de 2014, de - 883 milhares de euros, e o Cash Flow Operacional Consolidado (EBITDA) mantém-se positivo acima de 1 milhão de Euros, correspondendo a 10,4% do total de proveitos, equivalente a um crescimento de cerca de 68%

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 1º SEMESTRE 2014/2013

DESCRIÇÃO	2014	2013	Var. 13/14	Var. 13/14
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>	30-jun	30-jun	Em €	Em %
Resultados Correntes	-368	-1.243	875	70%
Resultados Operacionais	-883	15.476	-16.359	-106%
Resultados Financeiros	-457	33.808	-34.265	-101%
Resultados antes Impostos	-1.340	49.284	-50.624	-103%
Imposto S/ Rendimento	239	-16	255	-1594%
Resultados Líquidos	-1.101	49.268	-50.369	-102%

Comparativamente com o semestre homólogo regista-se uma variação significativa a nível dos Resultados Operacionais e Financeiros dado que em 2013 foram registados no 1º semestre os impactos do PER nas contas da empresa. Assim a análise com o período homólogo tem que ter em conta este facto.

Em face do exposto a análise deve ser efetuada tendo em conta os Resultados Correntes, os quais estão expurgados de qualquer impacto do PER ou outros considerados extraordinários. Conclui-se assim uma melhoria significativa, mais 70%, dos resultados decorrentes da atividade da empresa no semestre, sendo os resultados do segundo trimestre fundamentais para o valor atingido no período.

Os resultados financeiros excluindo o registo do impacto do PER, apresentam uma melhoria devido à redução dos custos financeiros, consequência do perdão de dívida à Banca contabilizado no ano de 2013. De referir que nos custos financeiros do semestre estão incluídos 491 milhares de euros relativos ao valor de atualização do justo valor dos passivos bancários. Se expurgarmos este valor os custos financeiros de financiamento no trimestre ascendem a 34 milhares de euros.

Pelo exposto, os Resultados Líquidos Consolidados do primeiro semestre de 2014 situam-se nos - 1.101 milhares de euros.

No entanto, se compararmos os Resultados Líquidos em ambos os períodos, retirando os efeitos dos valores contabilizados decorrentes do PER (atualização justo valor dos passivos e impostos diferidos), o Resultado Líquido do 1º Semestre de 2014 é de - 343 milhares de euros, como a seguir se demonstra:

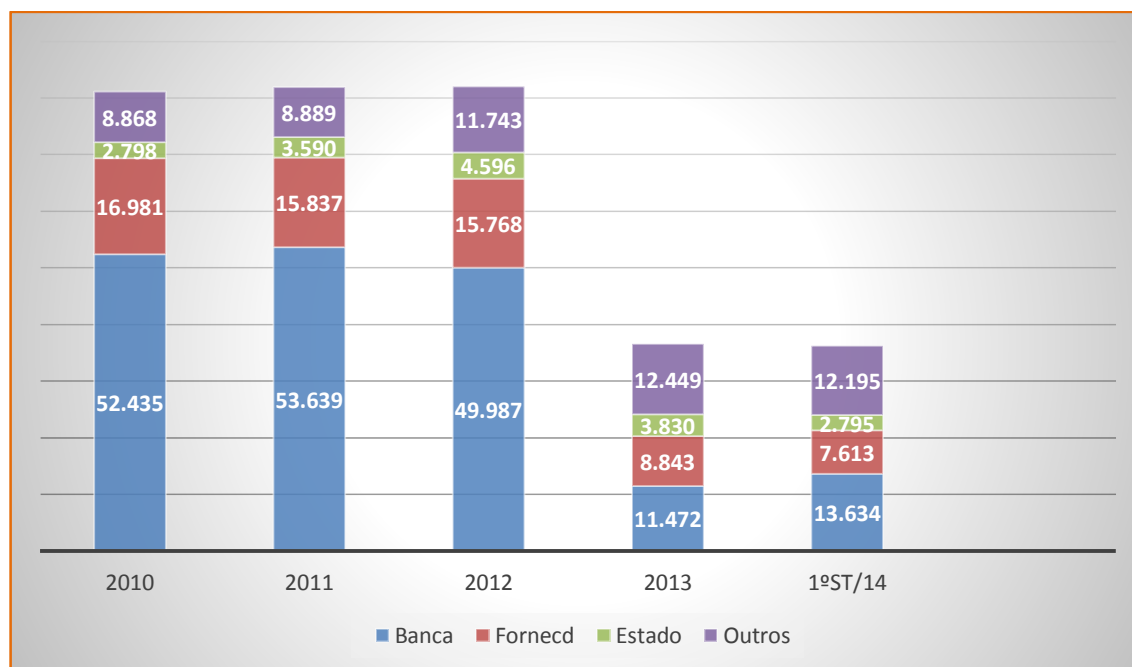
Resultado Líquido	- 1.101	milhares de euros
Atualização Justo Valor	+1.006	"
Impostos Diferidos	- 248	"
Resultado Líquido ajustado	- 343	"

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 1ºSEMEST. 2014/2013

DESCRIÇÃO	2014 1º Semt	31/Dez/013	Var. 13/14 em €	Var. 13/14 em %
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>				
Activos não Correntes	19.363	20.939	-1.576	-8%
Activos Correntes	7.891	7.772	119	2%
TOTAL ACTIVO	27.254	28.711	-1.457	-5%

Capital Próprio	-8.983	-7.882	-1.101	-14%
Passivo não Corrente	21.751	21.003	748	4%
Passivo Corrente	14.486	15.590	-1.104	-7%
TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA	27.254	28.711	-1.457	-5%

Evolução Endividamento (a) - 2010/2014



(a) – Passivo não Corrente + Passivo Corrente

As principais variações ocorridas são:

- Ativos não Correntes: diminuição de cerca de 8%, devido à redução do Imobilizado Líquido, pelo facto de não terem ocorrido investimentos a nível de equipamento básico (equipamentos de produção);
- Ativos Correntes: a variação ocorrida de 2% corresponde a valores de IVA a recuperar, cujo reembolso foi solicitado à AT e em relação ao qual se aguarda o respetivo reembolso;
- Capital Próprio: nesta rubrica a principal variação deve-se ao impacto dos Resultados Líquidos apurados no exercício. O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final do ano em 8.982 milhares de euros negativos;
- Passivo Não Corrente: a variação deve-se à reclassificação de alguns valores que passaram de passivos correntes, no âmbito do definido no Processo Especial de Revitalização, o qual define uma liquidação durante vários anos das dívidas à Banca, Fornecedores e Estado;
- Passivo Corrente: a redução é consequência da reclassificação de responsabilidades, nomeadamente leasing, que passaram para não corrente;
- Passivo Global: regista uma redução de 0,9%, apesar do efeito contabilístico da reposição do valor nominal da dívida incluída no PER ao longo do seu período de vida.

De referir que, durante o semestre, o grupo cumpriu na íntegra a liquidação das prestações correntes perante a Autoridade Tributária e Segurança Social.

No período foi concedido um financiamento adicional para fazer face aos custos com a reestruturação, previsto no Plano de Revitalização, e que ocorreu após a emissão da certidão do trânsito em julgado da sentença que homologou o PER.

A empresa está a dar cumprimento e a concluir a implementação das medidas definidas no referido Plano.

No sentido de auxiliar a análise do impacto na consolidação das contas individuais da empresa participada e integrada no perímetro de consolidação, apresentamos em seguida um resumo dos principais indicadores:

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS S.A.

DESCRIÇÃO	1º Semt.2014	31-dez-013	Var. 13/14
Activo Total Liq.	4	4	0
Passivo Total	1.400	1.398	2
Capital Próprio	-1.395	-1.394	-1
Capital Social	350	350	0
Resultado Líquido	0	60	-60
Vendas Líquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

PERSPETIVAS PARA 2014

Na linha da evolução positiva do PIB registada nos últimos trimestres de 2013, as últimas estimativas apontam para o corrente ano, um crescimento da economia portuguesa de aproximadamente 0,8%.

A sustentar a recuperação da economia portuguesa estão a retoma do consumo privado e do investimento. Estima-se ainda que as exportações continuem a contribuir de forma positiva para o crescimento da economia, embora para 2014 se antevêja um crescimento inferior ao verificado em 2013.

No entanto, a recuperação económica vai ser condicionada pela continuação do processo de consolidação orçamental, em curso desde o início do programa de apoio da troika.

No sector de atividade onde a Lisgráfica se enquadra, os constrangimentos continuarão a ser evidentes uma vez que a dependência face ao comportamento do investimento publicitário é elevada, e as recentes estimativas apontam para um ligeiro decréscimo ainda em 2014 e em especial na imprensa. Este facto vai continuar a condicionar o sector gráfico com uma continuada redução do número de páginas e de tiragens. Igual comportamento deve ocorrer com as grandes marcas de consumo cujo suporte de comunicação é o papel (catálogos e folhetos) e que aponta para um comportamento de redução do número e volume de campanhas.

Tendo em consideração estes pressupostos, a Lisgráfica S.A. mantém a estimativa de que em 2014 a faturação vá apresentar uma redução entre 1% a 3% face ao verificado no exercício anterior. Manter-se-ão as medidas de redução de custos por forma a adequar a estrutura interna de produção e serviços de suporte, face ao nível de produção estimado para 2014.

Com a aprovação do PER (Plano de Revitalização) e emissão da Certidão de trânsito em julgado da sentença de homologação, a aplicação das medidas definidas vai permitir melhorar o desempenho dos indicadores financeiros e também do EBITDA para os próximos anos. Antevemos assim, atingir, brevemente, resultados operacionais e demais indicadores económicos positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 30 de Junho de 2014.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste período.

Como já referido, o PER transitou em julgado por Certidão emitida pelo Tribunal em fevereiro de 2014. Parte das medidas cuja implementação dependia exclusivamente da empresa foram concretizadas durante 2013 e as restantes estão a ser concretizadas ao longo do ano de 2014, após o trânsito em julgado da sentença.

Em 2013 de destacar as medidas já concretizadas:

- redução da área (m2) ocupada e, conseqüentemente, do valor da renda mensal
- redução do passivo através de perdão de dívida
- diferimento no tempo da liquidação da dívida PER

Durante 2014 e em fase de implementação,

- redução do número de empregados (processo iniciado em 2013 e ainda em curso durante 2014)
- redução do número de turnos

Estima-se que, nos próximos exercícios, se mantenha a tendência de melhoria dos indicadores económicos e financeiros em resultado da integral aplicação destas e outras medidas e a empresa voltará, brevemente, à situação de dispor de Capitais Próprios positivos.

Queluz de Baixo, 25 de Agosto de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Montantes expressos em euros)**1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como atividade principal a impressão de revistas, jornais, folhetos e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo englobam a impressão de revistas, jornais, folhetos e listas telefónicas.

De recordar que a atividade do Grupo Lisgráfica, S.A. após 2 de maio de 2008, é resultado da fusão com a Heska Portuguesa, S.A., passando a Lisgráfica a constituir a entidade integrante, pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter em consideração este facto.

O Processo Especial de Revitalização ("PER") requerido, pela Empresa-mãe em finais de 2012, foi homologado pelo 1.º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa em 09 de maio de 2013 com base num plano de recuperação aprovado por 89,84% dos votos regularmente expressos. O referido plano transitou em julgado em 03 de dezembro de 2013 conforme certidão emitida pelo tribunal em 17 de fevereiro de 2014.

A Empresa-mãe reconheceu o efeito da aplicação das medidas aprovadas com referência à data de homologação do Plano. Em termos resumidos, o impacto nos resultados, considerando os valores de créditos constantes na Lista de Créditos Provisória e com efeitos de implementação a 01 de junho de 2013, foi de 52.940.878 euros, repartidos por:

. Perdão de dívida	33.299.303 euros
. Efeitos do desconto da atualização de cash-flows	19.641.574 euros

No semestre findo em 30 de junho de 2014 o efeito resultante da atualização do desconto da dívida foi de 1.006.368 euros.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 26 de agosto de 2014.

Os principais acionistas são a Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, S.A. e Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detentores, respetivamente, de 50,99% e 39,40% do capital social.

Os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2014 são comparáveis com as do exercício anterior.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas em todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia a 31 de dezembro de 2012, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respetivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adotou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que, nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respetivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2013.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela mensuração dos ativos financeiros disponíveis para venda, quando o justo valor possa ser determinado com fiabilidade.

2.2 Princípios de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os ativos e passivos das subsidiárias são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*.

As transações e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.3 Ativos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* é reconhecido quando é apurado um excesso entre o valor agregado: (i) do custo de aquisição, da quantia de qualquer interesse não controlado na adquirida e o justo valor de qualquer interesse detido anteriormente na adquirida; e (ii) o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.”

No caso de ser apurado uma insuficiência entre o valor agregado em (i) *supra* e o (ii) *supra*, a diferença é reconhecida como ganho do exercício.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

(b) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando sejam identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os ativos intangíveis correspondem a programas de computador (“*Software*”) e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado ativo para estes ativos intangíveis, identificados no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 4 e 8 anos.

2.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da exceção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao ativo respetivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 20

2.5 Imparidade de ativos

O Grupo efetua avaliação de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de estes não gerarem cash-flows independentes para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido estimado e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de depreciação / amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração do rendimento integral consolidada.

O Goodwill e os Ativos Intangíveis sem vida útil definida são testados para imparidade anualmente.

2.6 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como

(ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.7 Existências

As existências são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas diretas suportadas com a compra.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é corresponde ao respetivo valor de mercado.

2.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, que é a data em que a Empresa se compromete a adquirir ou alienar o ativo. No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes ativos são desconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

2.8.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efetiva da data da transação, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

2.8.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica "Empréstimos obtidos".

2.8.3 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.8.4 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transação) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos, usando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.8.5 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no ativo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respetivamente, são evidenciados no passivo (Nota 21). À medida que se efetuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.8.6 Ativos disponíveis para venda

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu justo valor, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transação. Subsequentemente, são mensurados ao justo valor, com as variações de justo valor reconhecidas em capital próprio, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se referente a instrumentos de capital cujo justo valor não for determinável com fiabilidade.

2.9 Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

2.11 Rédito

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização.

Os proveitos decorrentes prestações de serviço de impressão são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço, e são apresentados na demonstração consolidada do rendimento integral sob a designação de Vendas.

2.12 Especialização dos exercícios

As Empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

2.13 Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expetável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os ativos que sejam detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

2.14 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- (a) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelos quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;
- (c) Sobre o qual esteja disponível informação financeira discreta.

O Grupo Lisgráfica apresenta como segmento operacional o da impressão de revistas, jornais e listas telefónicas, sendo o reporte interno de informação à gestão efetuado nesse pressuposto.

2.15 Capital

O capital apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

2.16 Ações próprias

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ao justo valor estimado se a compra for diferida. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital próprio para a cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Quando são adquiridas ações da própria Empresa mãe, o cálculo do valor ilíquido por ação, básico e diluído, é efetuado dividindo o resultado obtido pelo nº. total de ações deduzido do nº. de ações próprias.

2.17 Capitalização de juros

O Grupo Lisgráfica não efetua a capitalização de juros.

2.18 Subsídios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado Português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições de que as condições para o subsídio são cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma redução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza, no mesmo período em que os gastos associados são incorridos, sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado

conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de gastos / reversões de depreciação e amortização.

2.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano, que proporcionam informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.20 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Ativos tangíveis e intangíveis (incluindo direitos contratuais de clientes)

A determinação do justo valor dos ativos, assim como as vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas do Conselho de Administração. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte do Conselho de Administração no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Imparidade de clientes e outras contas a receber

A Empresa mantém uma provisão para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efetuarem os pagamentos requeridos. Ao avaliar a razoabilidade das provisões para as referidas perdas por imparidade, o Conselho de Administração baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de recebimentos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, as provisões para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido, ou suscitar o registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efetivamente detido em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem efetiva em	
		30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Lisgráfica	Queluz de Baixo	Mãe	Mãe
Grafilis - Representação e Artes Gráficas, S.A. (Grafilis ^{II})	Queluz de Baixo	100	100

5. PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR TIPO DE PRODUTO

Nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, as prestações de serviço por tipo de produto detalham-se como segue:

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	2º. Trimestre de 2014	2º. Trimestre de 2013
Revistas	6.516.053	6.714.150	3.526.941	3.482.000
Jornais e suplementos	1.894.441	1.812.557	1.003.530	955.932
Catálogos e folhetos	1.293.324	1.471.125	589.365	520.972
Listas	183.000	287.000	105.975	151.000
Outros	288.221	285.085	138.209	134.395
	<u>10.175.039</u>	<u>10.569.917</u>	<u>5.364.020</u>	<u>5.244.299</u>

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, as prestações de serviço realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

6. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	2º. Trimestre de 2014	2º. Trimestre de 2013
Aluguer de instalações (a)	312.171	317.809	156.085	161.008
Imputações de custos (b)	59.122	177.839	27.480	85.368
Varição da produção	-	-	(113.000)	-
Perdão de dívida	-	6.997.440	-	6.997.440
Atualização do justo valor	-	10.734.989	-	10.734.989
Outros proveitos operacionais	22.737	11.061	9.988	7.903
	<u>394.030</u>	<u>18.239.138</u>	<u>80.553</u>	<u>17.986.708</u>

(a) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das instalações da Empresa que estão a ser utilizadas por outras entidades.

(b) Esta rubrica reflete os custos imputados e faturados a empresas que desenvolvem a sua atividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 de Junho de 2014	30 de Junho de 2013	2º. Trimestre de 2014	2º. Trimestre de 2013
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	3.201.603	3.108.702	1.727.849	1.526.759
Mercadorias vendidas	16.508	26.940	16.508	13.589
	<u>3.218.111</u>	<u>3.135.642</u>	<u>1.744.357</u>	<u>1.540.348</u>

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica teve a seguinte composição:

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	2º. Trimestre de 2014	2º. Trimestre de 2013
Subcontratos	225.057	191.635	130.096	92.227
Electricidade	755.307	856.711	393.137	403.024
Combustíveis e outros fluídos	282.378	266.884	141.558	137.734
Rendas e alugueres (a)	846.390	843.801	423.145	421.808
Transportes de mercadorias	131.183	128.258	62.113	69.978
Conservação e reparação	259.757	220.515	104.836	122.319
Trabalhos especializados	210.022	131.148	96.221	46.847
Outros	364.984	309.667	193.850	162.311
	<u>3.075.078</u>	<u>2.948.619</u>	<u>1.544.956</u>	<u>1.456.248</u>

(a) Em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica inclui o montante de 244.254 euros e 241.860 euros, decorrente de transações com entidades relacionadas (Nota 27).

Locações operacionais

Em 30 de junho de 2014 e de 2013, a locação operacional existente respeita à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. ("ESAF"), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada.

As responsabilidades futuras foram significativamente reduzidas pelos aditamentos aos contratos celebrados em 30 de dezembro de 2008 e 30 de novembro de 2010, bem como pelo acordo de 29 de abril de 2013, na qual se reduziu a área atualmente ocupada em cerca de 3.500 m² e se fixaram os valores das rendas mensais até julho de 2016.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013, os custos incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" relativos àquele contrato de locação operacional, são conforme segue:

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Fornecimentos e serviços externos	<u>600.000</u>	<u>600.000</u>

9. CUSTOS COM O PESSOAL

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, os custos com o pessoal foram como segue:

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	2º. Trimestre de 2014	2º. Trimestre de 2013
Salários e remunerações	2.260.866	2.536.684	1.104.315	1.231.505
Encargos sobre remunerações	522.919	588.229	255.167	278.849
Outros custos com o pessoal	284.787	1.099.749	141.400	968.331
	<u>3.068.572</u>	<u>4.224.662</u>	<u>1.500.882</u>	<u>2.478.685</u>

Nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de 229 e 262 empregados, respetivamente.

10. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, têm a seguinte composição:

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	2º. Trimestre 2014	2º. Trimestre de 2013
Custos financeiros:				
Juros suportados	317.726	977.911	171.679	514.926
Atualização do desconto da dívida:				
Financiamentos (Nota 20)	399.621	-	199.811	-
Locações financeiras (Nota 21)	91.418	-	45.709	-
Outros custos financeiros	70.822	163.138	34.255	121.325
	<u>879.587</u>	<u>1.141.049</u>	<u>451.454</u>	<u>636.251</u>
Proveitos financeiros:				
Juros obtidos	428	88	318	22
Perdão de dívida	-	26.632.054	-	26.632.054
Atualização do valor de desconto	-	8.299.547	-	8.299.547
Outros proveitos financeiros	422.232	16.927	420.817	16.327
	<u>422.660</u>	<u>34.948.616</u>	<u>421.135</u>	<u>34.947.950</u>
Custos financeiros, líquidos	<u>456.927</u>	<u>(33.807.567)</u>	<u>(30.319)</u>	<u>(34.311.699)</u>

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, foi como segue:

30 de junho de 2014:

	Ativos por		Passivos por impostos diferidos		
	impostos diferidos				
	Prejuízos fiscais reportáveis	Direitos contratuais	Subsídios do Governo	Desconto do Dólar PER	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	347.660	347.660	8.233	4.521.460	4.877.353
Redução	68.716	68.716	1.717	246.560	316.993
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>278.944</u>	<u>278.944</u>	<u>6.516</u>	<u>4.274.900</u>	<u>4.560.360</u>

30 de junho de 2013:

	Ativos por	Passivos por
	impostos diferidos	impostos diferidos
	Prejuízos fiscais reportáveis	Direitos contratuais
Saldo em 31 de dezembro de 2012	411.571	422.174
Redução	101.502	102.687
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>310.069</u>	<u>319.487</u>

Em 30 de junho de 2014, os passivos por impostos diferidos, no montante de 278.944 euros, correspondem ao justo valor dos direitos contratuais de clientes, tendo o Grupo optado por registar ativos por impostos diferidos, decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis, até à concorrência dos passivos por impostos diferidos. Excetuam-se os passivos correspondentes aos subsídios do Governo e do desconto das dívidas em PER.

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos intangíveis resultam do efeito das amortizações do período findo em 30 de junho de 2014.

13. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos tangíveis resultam do efeito das depreciações do período findo em 30 de junho de 2014.

14. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2014			31 de dezembro de 2013
	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor líquido	Valor líquido
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA("Rasográfica") ("Rasográfica") (Nota 27)	2.023.449	-	2.023.449	2.109.591
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA ("Gestprint") (Nota 27)	3.413.227	(3.413.227)	-	-
Gespatrimónio - Rendimento Sociedade Gestora, SA ("Gespatrimónio") (a)	1.580.223	-	1.580.223	1.580.223
Depósitos a prazo (b)	85.317	-	85.317	85.317
	<u>7.102.216</u>	<u>(3.413.227)</u>	<u>3.688.989</u>	<u>3.775.131</u>

(a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projeto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado a médio e longo prazo.

(b) Em 30 de junho de 2014, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 20).

15. EXISTÊNCIAS

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 22)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e consumo (Nota 8)	301.144	(4.369)	296.775	213.779	(4.369)	209.410
	<u>301.144</u>	<u>(4.369)</u>	<u>296.775</u>	<u>213.779</u>	<u>(4.369)</u>	<u>209.410</u>

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo não possui inventários dados como garantia para cumprimento de passivos.

16. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2014			31 de dezembro de 2013			
	Valor nominal	Desconto da dívida	Perdas de imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor líquido
Não correntes:							
Clientes (a)	<u>5.491.866</u>	<u>(353.057)</u>	<u>(2.996.388)</u>	<u>2.142.421</u>	<u>5.138.809</u>	<u>(2.996.388)</u>	<u>2.142.421</u>
Correntes:							
Clientes	<u>13.438.249</u>	<u>-</u>	<u>(9.090.955)</u>	<u>4.347.294</u>	<u>13.975.966</u>	<u>(9.097.476)</u>	<u>4.878.490</u>
Total	<u>18.930.115</u>	<u>(353.057)</u>	<u>(12.087.343)</u>	<u>6.489.715</u>	<u>5.138.809</u>	<u>(12.093.864)</u>	<u>7.020.911</u>

(a) Em abril de 2011, foi intentada uma ação declarativa de condenação contra empresas do Grupo Impala, decorrente do incumprimento destas no pagamento da dívida. Em inícios de abril de 2014 a decisão da 1ª Instância foi favorável à Lisgráfica, tendo a Impala sido condenada a pagar um montante de cerca de 4 milhões de euros acrescidos dos respetivos juros de mora.

17. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Devedores diversos	541.888	540.809
Rasográfica	1.005.511	953.325
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Rappel de fornecedores	61.061	61.061
Seguros	-	10.916
Imposto sobre o valor acrescentado	834.804	378.799
Outros diferimentos	21.181	52.394
Adiantamentos a fornecedores	36.233	39.969
Adiantamentos ao pessoal	<u>118.253</u>	<u>19.932</u>
	<u>2.618.931</u>	<u>2.057.205</u>

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Numerário	3.700	3.700
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>356.302</u>	<u>376.624</u>
Caixa e seus equivalentes	360.002	380.324
Descobertos bancários (Nota 20)	<u>(89.255)</u>	<u>(10.089)</u>
Caixa e depósitos bancários	<u><u>270.747</u></u>	<u><u>370.235</u></u>

19. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</u>	<u>Aplicação resultado 2013</u>	<u>Resultado líquido do exercício</u>	<u>Saldo em 30 de junho de 2014</u>
Capital	9.334.831	-	-	9.334.831
Ações próprias	(474.121)	-	-	(474.121)
Reserva legal	1.357.744	509.222	-	1.866.966
Outras reservas	7.923.900	-	-	7.923.900
Resultados transitados	(71.790.471)	40.069.292	-	(31.721.179)
Excedentes de valorização de ativos	34.955	-	-	34.955
Outras variações no capital próprio	5.152.807	-	-	5.152.807
Resultado consolidado líquido do período	<u>40.578.514</u>	<u>(40.578.514)</u>	<u>(1.101.079)</u>	<u>(1.101.079)</u>
	<u><u>(7.881.841)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(8.982.920)</u></u>

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social da Empresa era representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05 Euros, encontrava-se totalmente realizado e era detido pelos seguintes acionistas:

	<u>Nº. de ações</u>	<u>Percentagem</u>
Rasográfica	95.196.620	50,99%
Gestprint	73.558.462	39,40%
Outros, inferior a 10% do capital	<u>17.941.538</u>	<u>9,61%</u>
	<u><u>186.696.620</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Empresa detinha 52.213 ações próprias, que correspondem a 0,03% do total do capital, com um valor de 474.121 Euros.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

20. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	7.393.400	-	6.392.516	-
Outros empréstimos (iapmei) (a)	293.435	57.404	390.547	39.020
Descobertos bancários (b)	546	89.255	1.161	3.343
Factoring (c)	-	2.475.687	-	2.890.808
Letras descontadas (d)	763.449	173.284	849.591	173.784
Cheques pré-datados (e)	-	320.243	-	271.977
	<u>8.450.830</u>	<u>3.115.873</u>	<u>7.633.815</u>	<u>3.378.932</u>

O Conselho de Administração considera que o valor de balanço dos empréstimos reflete o seu justo valor.

E rubrica de Empréstimos Obtidos registou no semestre findo em 30 de junho de 2014 o montante de 399.321 euros resultantes da atualização do desconto da dívida (Nota 10).

Em 30 junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as dívidas integradas em planos de pagamento tinham os seguintes prazos de vencimento:

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Ate um ano	-	-
A mais de 1 e menos de 2 anos	790.134	538.318
A mais de 2 e menos de 5 anos	3.067.568	2.768.493
A mais de 5 anos	9.744.788	9.696.879
	<u>13.602.490</u>	<u>13.003.690</u>
Total	<u>13.602.490</u>	<u>13.003.690</u>

- (a) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respetivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida o montante de 2.011.678 Euros, o qual foi objeto de uma garantia bancária, que atualmente é de 341.267 Euros (Nota 24). A Empresa mantém, também, um depósito a prazo, no montante de 85.317 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 14), uma vez que terá de ser 25% desta.
- (b) Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os descobertos bancários são facilidades concedidas pelos bancos, destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado
- (c) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 320.243 euros, inclui cheques de clientes para liquidação de faturas, os quais foram objeto de desconto junto do BCP. Em 30 de junho de 2014 a Empresa tinha contratado junto do BCP uma linha de desconto de cheques, com um plafond de 600.000 euros que vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%.

21. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Credores por locações financeiras	2.066.954	-	430.058	-

A rubrica de Credores por locações financeiras registou no semestre findo em 30 de junho de 2014 o montante de 91.718 euros resultantes da atualização do desconto da dívida (Nota 10).

Em 30 de junho de 2014 a Empresa tem contas a pagar às locadoras no montante de 4.301.852 euros, deduzidos de adiantamentos pagos por conta no montante de 1.001.380 Euros, o que perfaz um valor líquido de 3.300.472 euros.

Em 30 de junho de 2014 e dezembro de 2013 os planos de reembolso são os seguintes:

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Até 1 ano	-	-
Entre 1 e 2 anos	137.415	80.158
Entre 2 e 5 anos	412.245	412.245
Mais de 5 anos	2.750.812	1.344.610
	3.300.472	1.837.013
	3.300.472	1.837.013

22. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento nas perdas por imparidade nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, é conforme segue:

	Existências (Nota 15)	Clientes e contas a receber (Nota 16)	Outros activos não correntes (Nota 14)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	6.763	12.250.583	3.349.627
Aumentos	-	129.756	48.600
Reduções	(2.394)	(24.249)	-
Utilizações	-	(262.226)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.369	12.093.864	3.398.227
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.369	12.093.864	3.398.227
Aumentos	-	-	-
Reduções	-	(6.521)	-
Utilizações	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2014	4.369	12.087.343	3.398.227

23. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição e respetivo plano de pagamentos:

	30 de junho de 2014			31 de dezembro de 2013
	Valor	Valor do	Valor	Valor
	bruto	desconto	líquido	líquido
Contrato de impressão (a)	1.611.117	(978.647)	632.470	702.365
Divídas integradas em planos de pagamento:				
Autoridade Tributária (b)	1.162.566	(706.820)	455.746	636.525
Segurança Social (b)	5.171.908	(2.931.907)	2.240.001	2.559.402
Acionistas	100.000	-	100.000	100.000
	<u>8.045.591</u>	<u>(4.617.374)</u>	<u>3.428.217</u>	<u>3.998.292</u>

A rubrica de Outros passivos não correntes tem registado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2014, o montante de 178.352 euros resultantes da atualização do desconto da dívida (Nota 31).

- (a) Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, este montante corresponde ao justo valor dos direitos contratuais de um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 euros, que será liquidado em prestações mensais de 25.000 Euros até outubro de 2022 (Nota 12), vencendo juros à taxa de 6,25%.
- (b) No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI, Segurança Social de Direção Geral dos Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº. 316/98, de 20 de outubro, conducente à regularização dos valores vencidos. Com a situação de homologação do Processo Especial de Revitalização, as dívidas existentes do PEC foram adicionadas aos valores correntes em dívida a estas entidades e vão ser liquidadas nos termos e condições do Plano proposto e aprovado:
- . Autoridade Tributária (AT):
 - . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas;
 - . Redução dos juros de mora vencidos e vincendos nos termos do DL 73/99 e 16/03.
 - . Instituto Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) :
 - . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas;
 - . Perdão de 80% dos juros vencidos.
 - . IAPMEI:
 - . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas;
 - . Perdão de 80% dos juros vencidos e vincendos.

De forma a garantir parte das prestações, a Empresa mantém ativas as garantias bancárias seguintes:

- . 2.540.548 euros a favor do Instituto de Gestão financeira da Segurança Social;
- . 341.267 euros a favor do IAPMEI.

Desde a apresentação do PER que a Empresa tem liquidado as responsabilidades correntes junto da AT e do IGFSS.

- (c) Em 30 de junho de 2014, a Empresa, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar à Rasográfica (acionista) o montante de 100.000 euros relativos a um empréstimo a ser liquidado em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso.

24. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores, conta corrente (a)	1.094.157	5.577.341	1.539.054	6.348.304
Fornecedores, títulos a pagar	-	106.384	-	106.384
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	622.400	-	631.680
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	-	56.137	-	12.572
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	205.492	-	205.492
Outros credores:				
Gestigráfica	1.727.225	-	1.727.145	-
Clientes no âmbito da aplicação do PER (b)	422.999	-	422.999	-
Credores por acréscimos de gastos:				
Rappel a liquidar	-	149.237	123.280	329.732
Remunerações a liquidar	-	1.540.057	250.697	1.570.830
Juros a liquidar	-	880.451	-	181.483
Fornecimentos e serviços externos	-	417.697	-	730.048
Outros e gastos e perdas	-	128.040	-	147.862
	<u>3.244.381</u>	<u>9.683.236</u>	<u>4.063.175</u>	<u>10.264.387</u>

A rubrica de Fornecedores e contas a pagar, no semestre findo em 30 de junho de 2014, tem registados 330.802 euros referentes à atualização do desconto da dívida (Nota 31).

- (a) Em 30 junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, ao arrendamento das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de julho de 2004 com o Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. ("ESAF"), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada.

As responsabilidades futuras foram significativamente reduzidas, pelos aditamentos aos contratos celebrados em 30 de dezembro de 2008 e 30 de novembro de 2010, bem como pelo acordo de 29 de abril de 2013, na qual se reduziu a área atualmente ocupada em cerca de 3.500 m² e se fixaram os valores de rendas mensais até julho de 2016.

- (b) Em 30 de junho de 2014, a Empresa, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar a clientes o montante global de 900.000 euros relativo a empréstimos a serem liquidados em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso.

25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Sector público estatal (a)	493.649	544.796
Credores diversos:		
Indemnizações a liquidar	785.881	999.311
Contrato de impressão (Nota 23)	282.119	266.428
Outros	-	-
Proveitos diferidos (b)	26.595	46.504
	<u>1.588.244</u>	<u>1.857.039</u>

A rubrica de Outros passivos correntes, no semestre findo em 30 de junho de 2014, tem registados 82.556 euros referentes à atualização do desconto da dívida (Nota 31).

(a) Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Contribuições para a segurança social	160.480	306.212
Retenção de impostos sobre o rendimento	112.554	130.705
Dívidas integradas em planos de pagamentos	215.936	102.769
Outros	4.679	5.110
	<u>493.649</u>	<u>544.796</u>

(b) Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de proveitos diferidos tinha a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Faturação antecipada	-	15.435
Subsidio ao investimento	26.595	31.069
	<u>26.595</u>	<u>46.504</u>

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2014</u>		<u>31 de dezembro de 2013</u>	
	<u>Activo corrente</u>	<u>Passivo corrente</u>	<u>Activo corrente</u>	<u>Passivo corrente</u>
Pagamento especial por conta	268.402	-	246.476	-
Imposto sobre o rendimento estimado	-	99.091	-	90.142
	<u>268.402</u>	<u>99.091</u>	<u>246.476</u>	<u>90.142</u>

27. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos e as transações efetuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são os seguintes:

	30 de junho de 2014				Transações		
	Outros activos não correntes (Nota 14)	Outros activos correntes (Nota 17)	Credores por caução financeira (Nota 22)	Fornecedores e contas a pagar (Nota 25)	Fornecimentos e serviços externos (Notas 8 e 32)	Custos com o pessoal (Nota 9)	Custos e perdas financeiros (Nota 10)
Acionistas:							
Rasográfica (a)	2.023.449	1.005.511	-	100.000	244.254	-	-
Gestprint (b)	-	-	988.545	-	-	-	200.166
Outras partes relacionadas:							
Conselho de Administração	-	-	-	336.143	-	180.662	-
	<u>2.023.449</u>	<u>1.005.511</u>	<u>988.545</u>	<u>436.143</u>	<u>244.254</u>	<u>180.662</u>	<u>200.166</u>

	31 de dezembro de 2013				Transações		
	Outros activos não correntes	Outros activos correntes	Credores por caução financeira	Fornecedores e contas a pagar	Fornecimentos e serviços externos	Custos com o pessoal	Custos e perdas financeiros
Acionistas							
Rasográfica	2.109.591	953.325	-	100.000	483.720	-	-
Gestprint	-	-	928.880	-	-	-	435.418
Outras partes relacionadas							
Conselho de Administração	-	-	-	416.370	-	530.010	-
	<u>2.109.591</u>	<u>953.325</u>	<u>928.880</u>	<u>516.370</u>	<u>483.720</u>	<u>530.010</u>	<u>435.418</u>

- (a) O montante de 3.028.960 euros é constituído por:
- 1.260.000 euros correspondente a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso se encontra associado ao término do contrato pelo que foi registado a médio e longo prazo;
 - 1.768.960 euros, do qual 935.733 euros se encontra titulado por 2 letras descontadas numa instituição financeira. Deste valor, o montante de 763.449 euros foi registado a médio e longo prazo.

O montante de 244.254 euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso cujo término ocorrerá em Setembro de 2017 (Nota 8).

- (b) A Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição de equipamento de impressão "rotativa 10", no valor de 7.928.073 euros com um plano de pagamento de 8 anos e que, acrescido de juros, corresponde a 8.640.000 euros. Adicionalmente, existe a opção de compra do equipamento no final do contrato por 2.400.000 euros. Relativamente a este contrato a empresa procedeu a pagamentos correspondentes à caução e reforços de caução que ascendem a 7.864.780 euros; a este montante acresce ainda o valor de perdão de dívida do PER de € 1.726.920 euros. Em 30 de Junho de 2014 a empresa tem um crédito sobre a Gestprint no montante de € 951.700 euros.

Os termos ou condições praticados com a Rasográfica e Gestprint são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera "pessoal-chave da gerência" o Conselho de Administração da

Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas por este.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, não foram atribuídos benefícios de longo prazo ou pagamentos em ações aos membros do Conselho de Administração.

28. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 2.889.135 euros:

	Banco	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	BCP	2.540.548	2.540.548
IAPMEI (b)	Banif	341.267	341.267
Câmara Municipal de Almada	BES	7.320	7.320
		<u>2.889.135</u>	<u>2.889.135</u>

- (a) Garantia prestada no âmbito do Processo Especial de Revitalização (Nota 23)
- (b) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 23).
- (c) Garantia prestada no âmbito de acordo comercial – Cliente.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respetivos limites:

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Empréstimos bancários	20.240.000	20.240.000
Loações financeiras	140.785	140.785
Fornecedores	245.809	275.809
Estado e outros entes públicos	2.936.351	2.936.351
	<u>23.562.945</u>	<u>23.592.945</u>

Adicionalmente, em resultado da renegociação do passivo financeiro junto do BCP, a Empresa assumiu diversas garantias, nomeadamente, o penhor sobre direito de crédito emergente do contrato de impressão celebrado em 19 de dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas, S.A., a constituição de penhor sobre os direitos de crédito atribuídos à Empresa nos termos do contrato/protocolo celebrado em 20 de julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projeto imobiliário e a constituição de penhor do direito de crédito detido pela Empresa sobre a Impala.

29. RESULTADOS POR AÇÃO

O cálculo do resultado líquido por ação – básico e diluído corresponde à divisão do rendimento integral consolidado líquido negativo atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias no período.

Na medida em que não existem títulos diluidores das ações da Empresa, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

O rendimento integral consolidado líquido negativo básico e diluído por ação em 30 de junho de 2014 e 2013 foi de 0,0059 e 0,2640 euros, respetivamente.

	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>30 de junho de 2013</u>
Resultado		
Resultado atribuível a acionistas majoritários para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(1.101.079)</u>	<u>(2.310.851)</u>
Número de ações da Lisgráfica	186.696.620	186.696.620
Número de ações próprias	(52.213)	(52.213)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido do ação básico e diluído (a)	<u>186.644.407</u>	<u>186.644.407</u>
Resultado por ação:		
Básico	(0,0059)	0,2640
Diluído	(0,0059)	0,2640

(a) Este montante corresponde ao número total de ações da Lisgráfica, deduzido de 52.213 ações próprias.

30. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração de 180.669 e 180.690 Euros, respetivamente.

31. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica de "Outros Custos Operacionais" em 30 de junho de 2014 e 2013, tem a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>2º. Trimestre de 2014</u>	<u>2º. Trimestre de 2013</u>
Impostos (a)	52.386	89.744	24.043	54.163
Descontos de pronto pagamento concedidos	41.728	9.260	22.123	5.303
Atualização do justo valor:				
Fornecedores e contas a pagar (Nota 24)	330.802	41.646	167.209	41.646
Outros passivos (Notas 23 e 25)	184.527	971.008	90.456	971.008
Correções relativas a exercícios anteriores	16.674	-	16.674	-
Outros	<u>88</u>	<u>15.121</u>	<u>87</u>	<u>14.257</u>
	<u>626.205</u>	<u>1.126.779</u>	<u>320.592</u>	<u>1.086.377</u>

(a) Nesta rubrica são registados os custos suportados pela Empresa relativos, essencialmente, a imposto do Selo sobre transações bancárias nomeadamente, emissão de letras, garantias e empréstimos.

32. IMPOSTOS

A rubrica de Impostos, relativamente aos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, tem a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>2º. Trimestre de 2014</u>	<u>2º. Trimestre de 2013</u>
Imposto corrente	(9.056)	(17.045)	(9.056)	(8.905)
Imposto diferido (Nota 11)	<u>248.277</u>	<u>1.185</u>	<u>124.997</u>	<u>593</u>
	<u><u>239.221</u></u>	<u><u>(15.860)</u></u>	<u><u>115.941</u></u>	<u><u>(8.312)</u></u>

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de imposto agregada no máximo de 24,5% (uma taxa de 23% sobre o lucro tributável, acrescida da derrama à taxa de 1,5% sobre a matéria coletável).

Nos termos do artº. 88º. do CIRC a Empresa e a sua participada encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

33. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a assinalar.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Não auditado	31 de dezembro	Não auditado
		30 de junho de 2014	de 2013	30 de junho de 2013
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Activos intangíveis	12	2 851 359	3 207 869	3 086 971
Activos fixos tangíveis	13	10 401 149	11 466 366	13 409 235
Activos por impostos diferidos	11	278 944	347 660	310 069
Clientes e contas a receber	16	2 142 421	2 142 421	2 034 709
Outros activos não correntes	14	3 688 989	3 775 131	3 861 273
Total de activos não correntes		<u>19 362 862</u>	<u>20 939 447</u>	<u>22 702 257</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	15	296 775	209 410	312 900
Clientes e contas a receber	16	4 347 294	4 878 490	6 300 620
Outros activos correntes	17	2 618 931	2 057 205	2 214 892
Imposto sobre o rendimento	26	268 402	246 476	297 235
Caixa e seus equivalentes	18	360 002	380 324	126 060
Total de activos correntes		<u>7 891 404</u>	<u>7 771 905</u>	<u>9 251 707</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>27 254 266</u></u>	<u><u>28 711 352</u></u>	<u><u>31 953 964</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital	19	9 334 831	9 334 831	9 334 831
Reservas	19	14 504 507	13 995 285	13 995 285
Resultados transitados		(31 721 179)	(71 790 471)	(71 790 471)
Resultado consolidado líquido do exercício	29	(1 101 079)	40 578 514	49 268 127
Total do capital próprio		<u>(8 982 920)</u>	<u>(7 881 841)</u>	<u>807 772</u>
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos obtidos	20	8 450 830	7 633 815	4 380 855
Locações financeiras	21	2 066 954	430 058	742 799
Outros passivos não correntes	23	3 428 217	3 998 292	2 325 204
Fornecedores e contas a pagar	24	3 244 381	4 063 175	7 424 726
Passivos por impostos diferidos	11	4 560 360	4 877 353	319 487
Total de passivos não correntes		<u>21 750 742</u>	<u>21 002 693</u>	<u>15 193 071</u>
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos obtidos	20	3 115 873	3 378 932	5 240 864
Fornecedores e contas a pagar	24	9 683 236	10 264 387	8 804 679
Outros passivos correntes	25	1 588 244	1 857 039	1 798 704
Imposto sobre o rendimento	26	99 091	90 142	108 874
Total de passivos correntes		<u>14 486 444</u>	<u>15 590 500</u>	<u>15 953 121</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>27 254 266</u></u>	<u><u>28 711 352</u></u>	<u><u>31 953 964</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Não auditado			
		30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	Segundo trimestre de 2014	Segundo trimestre 2013
PROVEITOS OPERACIONAIS:					
Vendas	5	10 175 039	10 569 917	5 364 020	5 244 299
Outros proveitos operacionais	6	394 030	18 239 138	80 553	17 986 708
Total de proveitos operacionais		<u>10 569 069</u>	<u>28 809 055</u>	<u>5 444 573</u>	<u>23 231 007</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:					
Custo das mercadorias vendidas	7	(3 218 111)	(3 135 642)	(1 744 357)	(1 540 348)
Fornecimentos e serviços externos	8	(3 075 078)	(2 948 619)	(1 544 956)	(1 456 248)
Custos com o pessoal	9	(3 068 572)	(4 224 662)	(1 500 882)	(2 478 685)
Amortizações	12 e 13	(1 470 997)	(1 901 933)	(735 695)	(926 917)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	21	6 521	5 000	6 521	-
Outros custos operacionais	24	(626 205)	(1 126 779)	(320 592)	(1 086 377)
Total de custos operacionais		<u>(11 452 442)</u>	<u>(13 332 635)</u>	<u>(5 839 961)</u>	<u>(7 488 575)</u>
Resultados operacionais		<u>(883 373)</u>	<u>15 476 420</u>	<u>(395 388)</u>	<u>15 742 432</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:					
Custos e proveitos financeiros, líquidos	10	(456 927)	33 807 567	(30 319)	34 311 699
Resultados antes de impostos		<u>(1 340 300)</u>	<u>49 283 987</u>	<u>(425 707)</u>	<u>50 054 131</u>
IMPOSTOS:					
Correntes	31	(9 056)	(15 860)	(9 056)	(8 312)
Diferidos	31	248 277		124 997	
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(1 101 079)</u>	<u>49 268 127</u>	<u>(425 707)</u>	<u>50 045 819</u>
Rendimento integral		<u>(1 101 079)</u>	<u>49 268 127</u>	<u>(425 707)</u>	<u>50 045 819</u>
Atribuível a:					
Accionistas da empresa-mãe		<u>(1 101 079)</u>	<u>49 268 127</u>	<u>(425 707)</u>	<u>50 045 819</u>
Resultado por ação					
Básico	29	(0.0059)	0.2640	(0.0023)	0.2681
Diluído	29	(0.0059)	0.2640	(0.0023)	0.2681

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 30 de junho de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

Não auditado

	<u>Capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Resultado consolidado líquido do exercício</u>	<u>Total do capital próprio</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	9 334 831	349 159	13 646 126	(64 136 598)	(7 653 873)	(48 460 355)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012	-	-	-	(7 653 873)	7 653 873	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013	-	-	-	-	40 578 514	40 578 514
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	<u>9 334 831</u>	<u>349 159</u>	<u>13 646 126</u>	<u>(71 790 471)</u>	<u>40 578 514</u>	<u>(7 881 841)</u>
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013	-	509 222	-	40 069 292	(40 578 514)	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 30 de Junho de 2014	-	-	-	-	(1 101 079)	(1 101 079)
Saldo em 30 de Junho de 2014	<u>9 334 831</u>	<u>858 381</u>	<u>13 646 126</u>	<u>(31 721 179)</u>	<u>(1 101 079)</u>	<u>(8 982 920)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 30 de junho de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

Nota	Não auditado			
	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	Segundo trimestre 2014	Segundo trimestre 2013
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	11 031 044	11 110 660	5 844 412	6 027 382
Pagamentos a fornecedores	(6 936 941)	(6 447 965)	(3 528 582)	(3 628 027)
Pagamentos ao pessoal	(4 250 411)	(3 313 183)	(2 284 853)	(1 817 861)
Fluxos gerados pelas operações	(156 308)	1 349 512	30 977	581 494
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(21 424)	(22 855)	-	-
Outros pagamentos / recebimentos relativos à actividade operacional	60 682	(184 384)	(61 562)	(85 309)
Fluxos das actividades operacionais (1)	(117 050)	1 142 273	(30 585)	496 185
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	(150 000)	-	(75 000)	-
Activos fixos intangíveis	(3 140)	-	(3 140)	-
Investimentos financeiros	-	25 000	-	25 000
Juros e proveitos similares	-	-	-	-
	(153 140)	25 000	(78 140)	25 000
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Accionistas	-	-	-	-
Fluxos das actividades de investimento (2)	(153 140)	25 000	(78 140)	25 000
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos de instituições de crédito	600 122	-	122	-
	600 122	-	122	-
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos de instituições de crédito	-	(75 328)	-	(30 609)
Amortizações de contratos de locação financeira	-	(371 297)	-	(103 777)
Juros e custos similares	(429 420)	(699 211)	(321 181)	(333 204)
	(429 420)	(1 145 836)	(321 181)	(467 590)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	170 702	(1 145 836)	(321 059)	(467 590)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(99 488)	21 437	(429 784)	53 595
Caixa e seus equivalentes no início do período	18	370 235	700 531	78 273
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18	270 747	270 747	131 868

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 de junho de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro